



## EDUCAÇÃO

# Proibição de celular tem apoio de Pacheco

Para presidente do Senado, projeto que limita acesso a redes sociais nas escolas vem “em boa hora” e pode ser aprovado ainda neste ano

» JÚLIA PORTELA  
» PEDRO BORGES\*  
» JULIANA SOUSA\*

Guilherme Oliveira/Divulgação Prefeitura do Rio de Janeiro



Vários países já proíbem o uso de aparelhos móveis em sala de aula. No Brasil, a cidade do Rio de Janeiro implementou a restrição na rede pública

Em sessão plenária, ontem, para comemorar o Dia do Professor, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), declarou apoio à limitação do uso de celular em salas de aula, que gera “um problema gravíssimo”, que é a “insegurança dos professores na sala de aula”. Para o senador, as redes sociais acessadas pelos alunos alimentam o “desrespeito a professores” porque são “mais chamativas do que os ensinamentos em sala de aula”.

“Por isso, em boa hora, (há) uma iniciativa em estudo e gestação pelo governo federal de se identificar formas de limitar o uso do acesso a redes sociais e a telefones celulares no momento de uma sala de aula, em que o aluno tem que estar dedicando a sua atenção ao professor que ali está exercendo uma função divina de ensinar outra pessoa”, declarou o presidente do Senado.

A proposta do Ministério da Educação (MEC) segue a tendência já adotada em países como França, Itália e Grécia, e por alguns estados e municípios — como o Rio de Janeiro. A proibição foi implementada no início do atual ano letivo e apresenta resultados positivos no aprendizado dos estudantes. Segundo relatório da Secretaria de Educação carioca feito a partir de provas e percepção dos diretos, a medida aumentou em 32% a chance de um nível de aprendizagem mais adequado entre os alunos do 8º ano, e em 53% entre os do 9º ano.

Pelo relatório, quanto maior a série, melhor o resultado, pois os alunos mais velhos são os que mais utilizam o celular. Além disso, observou-se a redução do cyberbullying nos intervalos das aulas. Em nível nacional, a população

também se mostra favorável à proibição do uso de celulares nas escolas. Uma pesquisa da AtlasIntel, divulgada no sábado passado, revelou que 58,6% dos brasileiros apoiam a medida, enquanto 37,7% são contrários (e 3,7% não souberam opinar). Esses números refletem um crescente apoio popular à iniciativa, que busca melhorar o ambiente educacional e o bem-estar dos estudantes.

O projeto de lei está na Câmara há nove anos e, atualmente, aguarda ser pautado na Comissão de Educação, presidida

pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG). Caso aprovado, ainda precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), comandada pela também bolsuarista Caroline de Toni (PL-SC), antes de seguir para o Senado.

A proposta é de autoria do deputado Alceu Moreira (MDB-RS). Na Comissão de Educação, o deputado Diego Garcia (Republicanos-PR) é o relator do texto, ao qual foram apensados mais 12 projetos.

Pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada na quinta-feira, mostra que, entre os brasileiros com 16

anos ou mais, 62% são a favor da proibição dos celulares nas escolas, tanto nas salas de aula quanto no recreio. Entre os que têm filhos de até 12 anos, o índice é de 65%.

### Uso pedagógico

Para a carioca Priscila Montes, educadora parental e mãe de um menino de 7 anos, o ambiente escolar não combina com o uso de celulares. Embora ela não seja contra a utilização da internet nas escolas para fins pedagógicos, considera preocupante o

uso indiscriminado dos aparelhos móveis pelos alunos, que compromete a dinâmica educacional.

“Na escola do meu filho, o uso de celulares é permitido fora da sala de aula, mas estamos em um momento de ampla discussão, e a tendência é a proibição total. Na escola, é permitido utilizar a internet para absorção de conhecimento, e meu filho tem atividades on-line que são superaceitas. No entanto, o que não é aceitável é o uso indiscriminado do aparelho pelos alunos.”

A estudante amazonense Maria Luiza Lira, de 14 anos,



**Na escola do meu filho, o uso de celulares é permitido fora da sala de aula, mas estamos em um momento de ampla discussão, e a tendência é a proibição total. Na escola, é permitido utilizar a internet para absorção de conhecimento, e meu filho tem atividades on-line que são superaceitas. No entanto, o que não é aceitável é o uso indiscriminado do aparelho pelos alunos”**

**Priscila Montes,**  
educadora parental

discorda. Ela defende um equilíbrio entre o ambiente escolar e os telefones, e que a proibição não deve ser radical. “Com a proibição total nas escolas, os alunos acabam desenvolvendo um sentimento de aversão e, como uma forma de revolta, começam a usar os celulares escondido. Não está sendo ensinado como usar o celular de forma adequada, apenas se está ocultando o problema”, disse.

\*Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria

## SAÚDE

### Faltou higiene no mutirão de catarata, diz MP potiguar

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP-RN) apontou, ontem, que falhas na higienização, durante um mutirão de cirurgias de catarata realizado pela Prefeitura de Parelhas, a 245km de Natal, no Rio Grande do Norte, no fim de setembro, causaram infecções oculares nos pacientes. Das 20 pessoas atendidas, 15 contraíram endoftalmite e nove perderam o globo ocular. A prefeitura terá que indenizar os pacientes afetados, segundo o MPRN, que abriu um inquérito sobre o caso.

Em coletiva de imprensa, o órgão afirmou que evidências indicam erros nos processos de higienização e de esterilização do ambiente cirúrgico. A promotora Ana Jovina ressaltou que, embora ainda não se saiba a causa exata ou se houve falha humana, já está claro que o município é responsável e deverá responder civilmente.

“De fato, houve uma falha na higienização e esterilização no ambiente. Nós não sabemos ainda qual foi o instrumento que estava infectado e não sabemos se foi uma falha humana, mas com

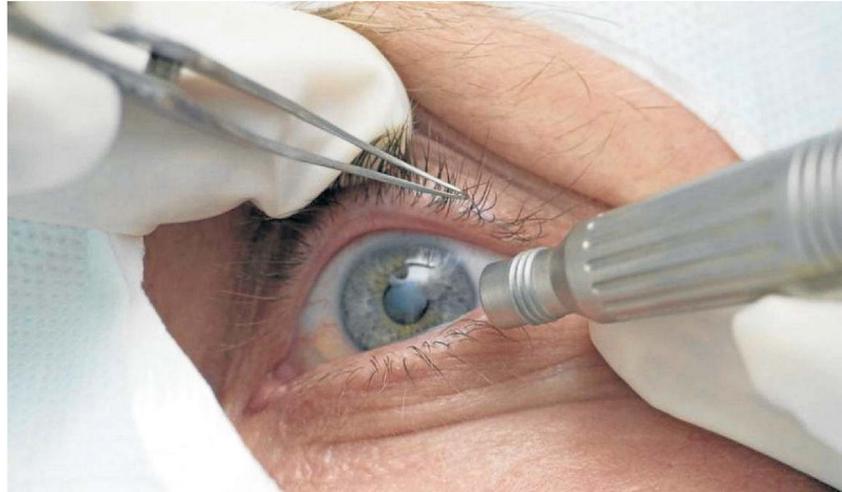
as evidências que temos é possível dizer que houve uma falha na higienização”, frisou Jovina.

### Eleições

O mutirão ocorreu em 27 e 28 de setembro, a 10 dias do primeiro turno das eleições. A promotora informou que o MP investigará se houve uso indevido da máquina pública, apesar de o evento não ser proibido em período eleitoral. “A máquina administrativa, ao realizar esse mutirão de cirurgia, tinha ou não um interesse eleitoral e não apenas a continuidade dos serviços públicos e essenciais de saúde? Tudo isso será visto com base na análise que será feita de todo o conteúdo probatório que já foi condensado”, apontou.

Ainda de acordo com a promotora, na próxima semana será iniciada a coleta de depoimentos de todos os envolvidos pela Promotoria de Justiça. “(A coleta) será feita em etapas com todas essas 20 pessoas e com as outras pessoas que participaram do mutirão, para entender como elas foram chamadas, detalhes

Prefeitura de Três Barras SC/Divulgação



MP-RN aponta falhas na esterilização do centro cirúrgico e que prefeitura de Parelhas responderá civilmente

de como se deram os exames preliminares e os procedimentos. Essa questão precisa de uma resposta efetiva, e iremos buscar a finalização de coleta e análise da prova testemunhal em um inquérito menor”, disse.

Ana Jovina destacou que esse é o procedimento fundamental para estabelecer as responsabilidades. “A responsabilidade do poder público e do município é objetiva”, afirmou “O município precisa se

responsabilizar perante os seus usuários. Nas reuniões que eu fiz com a prefeitura de Parelhas, eles se demonstraram cientes que terão que indenizar esses pacientes. A gente está falando de um dano irreparável”, finalizou.

### Belém

a Vigilância Sanitária de Belém interditou o centro cirúrgico da Clínica São Lucas, no

distrito de Icoaraci, após 22 pacientes que participaram de um mutirão de cirurgias de glaucoma, catarata e outros problemas oculares, em 1º de julho, apresentarem sequelas — incluindo perda total da visão. Os pacientes tiveram quadro de infecção bacteriana. De 40 pessoas atendidas, 16 precisaram retirar o globo ocular. As investigações policiais correm em sigilo. (JS com Agência Brasil)

### HIV: dezenas de falsos negativos

Apontado pela Polícia Civil como responsável pelo erro que provocou o transplante de órgãos infectados com o vírus HIV no Rio de Janeiro, o laboratório PCS Lab Saleme já emitiu dezenas de resultados com falsos positivos e negativos, inclusive para crianças.

A análise foi feita pela promotora de justiça Elisa Ramos Pittaro Neves, na representação feita pelo Ministério Público (MP) e enviada à Justiça. A “reiteração dessa conduta demonstra total indiferença com a vida e a integridade física e psicológica de seus clientes, e da população como um todo”, afirma a promotora.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro prorrogou, ontem, a prisão dos quatro envolvidos no caso. Eles são investigados por crime contra as relações de consumo, associação criminosa, falsidade ideológica, falsificação de documento particular e infração sanitária.

Seis transplantados testaram positivo para o vírus HIV após receberem órgãos infectados. De acordo com o governo do estado, o erro aconteceu em dois exames do PCS Lab Saleme.